

EVOLUÇÃO DA POBREZA E DO BEM-ESTAR EM MOÇAMBIQUE, 1996/97-2014/15

Channing Arndt, Finório Castigo, Maimuna Ibraimo,
Sam Jones, Kristi Mahrt, Vincenzo Salvucci, Ricardo Santos
e Finn Tarp

INTRODUÇÃO

Em 1990, Moçambique era um dos países mais pobres do mundo, com uma proporção de pobres perto de 80% da população. Por isso, o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a proporção da população em pobreza extrema em 25 anos não era um objectivo fácil de alcançar. Por um lado, a acelerada recuperação depois da situação extremamente negativa de pós-guerra conferiu um crescimento elevado e permitiu aumentar rapidamente os níveis de bem-estar de quem estava, à partida, num nível muito baixo. Por outro lado, a redução de 35-40 pontos percentuais na proporção de pessoas pobres no País é uma das maiores observadas no mundo, durante os anos 1990-2015. É importante salientar que, depois da estagnação na redução da pobreza observada entre 2002/03 e 2008/09, as taxas de pobreza de consumo voltaram a baixar entre 2008/09 e 2014/15, em aproximadamente cinco pontos percentuais. Outras dimensões de bem-estar também confirmam o melhoramento generalizado do bem-estar do País, dados os níveis extremamente baixos em que se encontrava em 1996/97.

Este artigo apresenta uma análise compreensiva da pobreza e do bem-estar, e a tendência que seguem em Moçambique, usando a informação proveniente dos Inquéritos aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 1996/97, 2002/03, 2008/09 e 2014/15 (doravante nomeados IAF96, IAF02, IOF08, IOF14), realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) (DNPO, 1998; DNPO, 2004; DNEAP, 2010; DEEF, 2016).

Nas secções restantes do artigo apresentam-se brevemente: as medidas de pobreza de consumo e pobreza multidimensional analisadas; os dados em que se baseiam as estimativas apresentadas; os resultados principais relativos à evolução da pobreza de consumo e da pobreza multidimensional; a evolução da desigualdade de consumo; as conclusões.

POBREZA DE CONSUMO E POBREZA MULTIDIMENSIONAL

São várias as abordagens utilizadas para analisar e medir a pobreza, das quais se destacam as que se baseiam nas despesas de consumo. No entanto, a pobreza é um fenómeno multidimensional que envolve outras dimensões além do consumo, as quais são fundamentais para o bem-estar familiar e individual. Portanto, não só analisamos a pobreza de consumo como incluímos nesta avaliação uma análise da pobreza multidimensional.

O consumo das famílias é a variável tradicionalmente mais usada para avaliar a pobreza. No entanto, o conceito de pobreza enquadra-se numa temática mais ampla de bem-estar e refere-se às múltiplas dimensões da vida humana. A definição da privação ou pobreza pode assumir linhas distintas. Num enfoque mais geral, a pobreza existe quando as pessoas não possuem as capacidades necessárias para alcançarem um nível adequado de rendimento, de boa saúde e educação, de segurança, de autoconfiança e de liberdade de expressão, entre outros (Sen, 1999). Por conseguinte, um fenómeno multidimensional como a pobreza exige um conjunto de indicadores diverso, que, idealmente, evidencie todas as dimensões relevantes. Como consequência, a pobreza multidimensional baseia-se em dimensões alternativas e complementares ao consumo, tais como saúde, educação, habitação, posse de bens duráveis, liberdade, entre outras. No entanto, apesar de a pobreza ser multifacetada, apenas um número limitado de dimensões é medido na prática, podendo as medidas existentes ser inadequadas. Nesta análise, focámo-nos tanto na pobreza de consumo como na pobreza multidimensional, porque acreditamos que o uso em conjunto ajuda em definir um quadro mais completo do bem-estar do País. Mais detalhes sobre as definições de pobreza de consumo e pobreza multidimensional em Moçambique encontram-se em DNPO (1998); DNPO (2004); DNEAP (2010); DEEF (2016).

DADOS

Neste estudo utilizamos dados provenientes dos inquéritos IAF96, IAF02, IOF08 e IOF14. Em vários aspectos, os IAF/IOF são muito semelhantes (DNPO, 1998; DNPO, 2004; DNEAP, 2010; DEEF, 2016; INE, 2004; 2010; 2015). Apesar de existirem algumas diferenças na estrutura dos questionários, os quatro inquéritos são comparáveis no que diz respeito ao seu objectivo principal: medir a pobreza de consumo e outras dimensões de bem-estar num determinado ponto no tempo. Contêm dados relativos à despesa de consumo de bens alimentares das famílias¹ e são representativos de Moçambique, no seu todo, das zonas rurais e urbanas e de cada uma das onze províncias, incluindo a cidade de Maputo.

¹ Os termos “famílias” e “agregados familiares” são usados de forma intercambiável.

Cada família foi entrevistada em diferentes momentos do ano, com questionários sobre características genéricas, emprego, nível de educação, acesso a serviços básicos como unidades sanitárias ou escolas primárias, despesas diárias e consumo doméstico, posse de bens duráveis, condições habitacionais, ofertas e transferências recebidas e pagas, receitas de várias fontes, bem como despesas menos frequentes. Em todos os inquéritos, a colecta de dados decorreu durante o período de um ano.²

EVOLUÇÃO DA POBREZA, 1996/97-2014/15

Nesta secção apresentamos as estimativas da pobreza de consumo e pobreza multidimensional e as suas tendências em Moçambique ao longo do período 1996/97-2014/15. Na primeira parte são descritos os resultados relativos à pobreza de consumo, e a seguir são mostrados os resultados da pobreza multidimensional e uma análise conjunta das duas formas de medir pobreza e bem-estar.

EVOLUÇÃO DA POBREZA DE CONSUMO

Os resultados principais relativos à evolução da pobreza de consumo são os seguintes:³ (i) a nível nacional, uma queda substancial da pobreza ocorreu entre 1996/97 e 2002/03; (ii) entre 2002/03 e 2008/09, a taxa da pobreza estabilizou-se e houve essencialmente uma estagnação nas taxas de pobreza a nível nacional; (iii) a pobreza decresceu entre 2008/09 e 2014/15. Na Tabela 1, os resultados são apresentados para todos os anos a nível nacional e em diferentes níveis de desagregação (rural/urbano, Norte, Centro e Sul, e províncias). Comparando o último IOF com o mais antigo, observa-se que a diferença nas taxas de pobreza a nível nacional foi de quase 25 pontos percentuais. A redução da pobreza no período entre 1996/97 e 2014/15 foi substancial tanto nas áreas rurais como nas urbanas, mas a redução foi mais acentuada nas áreas urbanas entre 2008/09 e 2014/15. A nível regional, evidencia-se que o Norte piorou a própria situação em termos de taxa de pobreza de consumo, passando de 45% para 55%, enquanto o decréscimo das taxas de pobreza no Centro e no Sul foi, respectivamente, de 10 e 18 pontos percentuais. Entre 2008/09 e 2014/15, a pobreza diminuiu em todas as províncias do Centro e do Sul, particularmente em Maputo (província e cidade), enquanto nas três províncias do Norte as taxas de pobreza estagnaram ou cresceram.

Relativamente ao período mais recente (2002/03-2014/15), além das estimativas das taxas de pobreza há análises adicionais que suportam a conclusão de que a pobreza baixou de forma

² Contrariamente aos inquéritos anteriores, em que cada agregado era inquirido só uma vez por ano, no IOF14 cada agregado familiar era suposto ser inquirido em cada um dos quatro trimestres durante a colecta de dados. Contudo, só se realizou o inquérito aos agregados familiares no primeiro, segundo e quarto trimestres.

³ Nesta secção apresentamos os resultados de pobreza de consumo obtidos usando a metodologia revista usada na Quarta Avaliação da Pobreza e do Bem-Estar em Moçambique – PLEASE (DEEF, 2016: 10-11).

relevante ao longo dos últimos 15 anos. A Tabela 2 mostra a proporção do consumo alimentar sobre o total do consumo para diferentes áreas. De acordo com a Lei de Engel,⁴ a proporção do consumo em bens alimentares no consumo total (*food share*) é um *proxy* útil para medir o bem-estar. Como tal, a redução na proporção alimentar ao longo do tempo é possivelmente um indicador de melhoria na qualidade de vida. A Tabela 2 revela como esta proporção se manteve estável ou cresceu entre 2002/03 e 2008/09,⁵ mas baixou sensivelmente em 2014/15 (de 63% para 56%), tanto nas áreas urbanas como nas rurais e em todas as regiões do País.

TABELA 1: INCIDÊNCIA DA POBREZA DE CONSUMO, 1996/97-2014/15 (%)

ÁREA	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	69,7	52,8	51,7	46,1
Urbana	61,8	48,2	46,8	37,4
Rural	71,8	55,0	53,8	50,1
Norte	67,3	51,9	45,1	55,1
Centro	74,1	49,2	57,0	46,2
Sul	65,5	59,9	51,2	32,8
Niassa	71,9	48,3	33,0	60,6
Cabo Delgado	59,1	60,3	39,0	44,8
Nampula	69,4	49,1	51,4	57,1
Zambézia	67,6	49,7	67,2	56,5
Tete	81,9	60,5	41,0	31,8
Manica	62,4	44,7	52,8	41,0
Sofala	87,8	41,3	54,4	44,2
Inhambane	83,0	78,1	54,6	48,6
Gaza	64,8	55,4	61,0	51,2
Maputo (provincia)	65,6	59,0	55,9	18,9
Maputo (cidade)	47,1	42,9	29,9	11,6

Fonte: DEEF (2016)

Nota: percentagem de pessoas pobres sobre o total da população para diferentes áreas e para todos os IAF/IOF.

⁴ A Lei de Engel afirma que, à medida que o rendimento aumenta, a proporção do rendimento gasto na alimentação diminui.

⁵ O aumento no *food share* pode reflectir o aumento nos preços dos bens alimentares que ocorreu em 2008/09, que pode ter levado muitas famílias a gastar uma proporção mais elevada do próprio orçamento em bens alimentares.

TABELA 2: PROPORÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR SOBRE O TOTAL DO CONSUMO (FOOD SHARE), 2002/03-2014/15 (%)

ÁREA	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	61	63	56
Urbana	48	51	45
Rural	67	69	61
Norte	64	66	60
Centro	66	69	61
Sul	47	50	41
Niassa	71	64	68
Cabo Delgado	66	68	53
Nampula	62	66	61
Zambézia	65	71	63
Tete	74	71	59
Manica	66	67	59
Sofala	62	62	59
Inhambane	54	59	49
Gaza	54	56	42
Maputo (província)	43	49	39
Maputo (cidade)	32	35	32

Fonte: DEEF (2016)

Nota: o aumento no *food share* entre 2002/03 e 2008/09 pode reflectir o aumento nos preços dos bens alimentares que ocorreu em 2008/09, que pode ter levado muitas famílias a gastar uma proporção mais elevada do próprio orçamento em bens alimentares.

Ao mesmo tempo que a proporção do consumo em bens alimentares no consumo total decresceu, como evidenciado na Tabela 3 o consumo real *per capita* das famílias aumentou ao longo do tempo. Neste caso, o consumo real é calculado como o rácio entre o consumo nominal e a linha de pobreza. Dado que as linhas de pobreza representam o custo de aquisição de um cabaz básico, o rácio do consumo nominal de cada família com as linhas de pobreza indica o número de cabazes básicos que as pessoas podem adquirir diariamente. A média e a mediana destas medidas de consumo real por diferentes áreas do País são apresentadas na Tabela 3. A tendência a nível nacional é a mesma que foi destacada nos parágrafos anteriores: depois de um crescimento entre 1996/97 e 2002/03, o consumo médio e o consumo mediano estagnaram entre 2002/03 e 2008/09, voltando a crescer em 2014/15. O crescimento nos últimos anos foi particularmente evidente nas áreas urbanas, e especialmente em Maputo (província e cidade). A mesma tendência é também registada na evolução da profundidade da pobreza (*poverty gap*; Tabela 4), enquanto o número absoluto de pessoas pobres é mais influenciado pelo crescimento populacional, e, portanto, depois de uma queda entre 1996/97 e 2002/03, volta a crescer em 2008/09 e 2014/15, atingindo no ano mais recente os doze milhões de pobres, um número similar ao nível registado em 1996/97 (Tabela 5).

TABELA 3: MÉDIA E MEDIANA DO CONSUMO REAL PER CAPITA, 1996/97-2014/15 (%)

ÁREA	CONSUMO REAL PER CAPITA (MÉDIA)				CONSUMO REAL PER CAPITA (MEDIANA)			
	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	0,97	1,31	1,33	1,61	0,73	0,96	0,98	1,07
Urbana	1,23	1,65	1,68	2,35	0,79	1,04	1,07	1,31
Rural	0,90	1,16	1,18	1,27	0,71	0,94	0,94	1,00
Norte	1,00	1,29	1,44	1,25	0,77	0,97	1,08	0,93
Centro	0,86	1,33	1,15	1,43	0,66	1,01	0,90	1,06
Sul	1,12	1,32	1,50	2,50	0,78	0,84	0,99	1,41
Niassa	0,86	1,37	1,79	1,07	0,69	1,02	1,28	0,86
Cabo Delgado	1,15	1,37	1,44	1,42	0,87	0,86	1,15	1,08
Nampula	0,98	1,23	1,34	1,25	0,74	1,03	0,97	0,90
Zambézia	0,95	1,28	1,04	1,23	0,76	1,01	0,80	0,91
Tete	0,72	1,02	1,29	1,57	0,58	0,85	1,17	1,24
Manica	1,17	1,34	1,13	1,50	0,81	1,05	0,97	1,15
Sofala	0,60	1,72	1,25	1,66	0,45	1,17	0,91	1,10
Inhambane	0,77	0,82	1,31	1,53	0,56	0,56	0,94	1,02
Gaza	1,12	1,33	1,12	1,45	0,83	0,93	0,85	0,97
Maputo (provincia)	1,08	1,21	1,26	2,73	0,77	0,85	0,91	1,78
Maputo (cidade)	1,53	2,07	2,46	4,52	1,04	1,13	1,41	2,10

Fonte: DEEF (2016)

Nota: o consumo real *per capita* é calculado como o rácio entre o consumo nominal *per capita* e a linha de pobreza específica do domínio espacial. Dado que as linhas de pobreza representam o custo de aquisição de um cabaz básico em cada domínio espacial, o rácio do consumo nominal *per capita* de cada família com as linhas de pobreza indica o número de cabazes básicos que as pessoas podem adquirir diariamente.

TABELA 4: PROFUNDIDADE DA POBREZA, 1996/97-2014/15 (%)

ÁREA	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	29,3	19,4	19,2	16,7
Urbana	26,3	18,1	17,3	14,6
Rural	30,1	20,0	20,1	17,7

Fonte: DEEF (2016)

TABELA 5: INDIVÍDUOS POBRES (NÚMEROS ABSOLUTOS), 1996/97-2014/15 (%)

ÁREA	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	12.075.464	9.666.162	11.136.448	11.826.280
Urbana	2.250.852	2.831.809	3.065.169	3.038.517
Rural	9.824.613	6.834.353	8.071.279	8.787.763

Fonte: DEEF (2016)

EVOLUÇÃO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Como discutido na introdução, são várias as abordagens utilizadas para analisar e medir a pobreza, sendo as mais usadas aquelas que a medem com base nas despesas de consumo. No entanto, nos últimos anos cresceu o consenso de que a pobreza é um fenómeno multidimensional que envolve outras dimensões além do consumo, tais como acesso e qualidade da saúde e educação, habitação, posse de bens duráveis, liberdade, etc. As abordagens de consumo e pobreza multidimensional fornecem informações sobre diferentes características da pobreza, e, portanto, as suas estimativas podem ser vistas como complementares.

As medidas de pobreza multidimensional apresentadas nesta secção são calculadas usando o método de Alkire-Foster (doravante A-F) e baseiam-se em seis indicadores, aos quais foram atribuídos ponderadores iguais. Estes são: i) pelo menos um membro do agregado familiar concluiu a escola primária EPI; ii) fonte de água segura; iii) saneamento seguro; iv) cobertura de material convencional; v) acesso à electricidade; vi) posse de bens duráveis (DEEF, 2016). Na Tabela 6 são apresentados os resultados da incidência da pobreza (H) a nível nacional, urbano/rural, regional e provincial. O índice H mostra uma grande redução ao longo do tempo, o que sugere que a proporção da população pobre do ponto de vista multidimensional diminuiu substancialmente. As diferenças entre as áreas rurais e urbanas permanecem muito grandes ao longo do tempo, e a nível regional é possível notar que o Sul do País, nomeadamente Maputo (província e cidade), apresenta níveis de pobreza multidimensional muito mais baixos do que as regiões centro e norte, em particular Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete. É também de notar que a pobreza apresentou uma tendência decrescente em todas as províncias. Destacam-se os níveis de pobreza nas províncias de Cabo Delegado e Zambézia em 1996/97 e em 2002/03, Zambézia e Tete em 2008/09 e Zambézia e Niassa em 2014/15.

TABELA 6: INCIDÊNCIA DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL (H), 1996/97-2014/15 (%)

ÁREA	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	85,7	75,7	69,3	54,8
Urbana	50,2	41,2	31,4	18,1
Rural	95,2	92,1	85,9	71,9
Norte	95,3	86,8	81,3	67,8
Centro	92,5	83,8	80,3	63,6
Sul	64,0	48,4	33,0	18,8
Niassa	94,6	89,1	76,8	72,8
Cabo Delgado	97,3	89,9	83,3	63,6
Nampula	94,7	84,8	81,8	67,9
Zambézia	96,2	92,3	87,6	74,7
Tete	94,5	89,1	85,3	67,5
Manica	89,1	69,9	75,6	49,7
Sofala	86,0	70,8	61,6	46,3
Inhambane	83,1	81,5	60,3	43,5
Gaza	79,4	52,3	47,1	22,8
Maputo (província)	73,3	37,9	17,6	7,1
Maputo (cidade)	18,4	12,7	2,8	0,7

Fonte: DEEF (2016)

Nota: a Incidência da Pobreza (H) é o rácio de indivíduos identificados como pobres, ou seja, indivíduos que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite (*cutoff*) de pobreza estabelecido (60% das dimensões de privação, ou quatro dos seis indicadores seleccionados).

Esta conclusão de que o bem-estar aumentou sensivelmente no País é fortemente reforçada pela tabela seguinte: a Tabela 7 mostra as percentagens da população por número de dimensões em que as famílias são consideradas privadas, para cada um dos inquiridos, a nível nacional. São ponderados os seis indicadores já apresentados anteriormente (educação, água, saneamento, cobertura, electricidade e posse de bens duráveis).

A Tabela 7 ilustra claramente quão profundos eram os níveis de pobreza existentes em 1996/97. Naquela altura, quase a metade da população vivia em agregados familiares privados em todas as dimensões. Estas famílias eram caracterizadas por: não terem nenhum membro do agregado familiar com ensino primário (primeiro ciclo, EP1) completo, não terem acesso a água potável, terem saneamento inadequado, cobertura de capim, não terem electricidade, e terem posse muito limitada de bens duráveis. Além disso, apenas 2% da população vivia num agregado familiar em que todas essas características básicas estavam presentes (zero privações). Esta situação tem melhorado consistentemente. Em 2014/15, menos de 15% da população estava privada em todas as dimensões e mais de 15% caracterizava-se por ter zero privações.

TABELA 7: PERCENTAGENS RELATIVAS AO NÚMERO DE PRIVAÇÕES SOFRIDAS, A NÍVEL NACIONAL, 1996/97-2014/15 (%)

NÚMERO DE PRIVAÇÕES SOFRIDAS	1996	2002	2008	2014	VARIAÇÃO 1996-2014
0	2,0	5,1	8,5	15,9	13,8
1	2,3	4,0	5,3	8,2	5,9
2	3,0	6,1	6,8	8,6	5,6
3	6,9	9,0	10,1	12,5	5,6
4	12,1	16,0	18,6	19,0	6,9
5	27,2	26,5	27,1	21,4	-5,7
6	46,5	33,2	23,7	14,4	-32,1

Fonte: DEEF (2016)

Nota: as privações referem-se aos indicadores educação, água, saneamento, cobertura, electricidade e posse de bens duráveis.

COMPARAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS DA POBREZA DE CONSUMO E OS DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Depois de termos apresentado a incidência da pobreza de consumo e a incidência da pobreza multidimensional, é importante estudar a relação entre estes dois tipos de privação. Em primeiro lugar é essencial analisar até que ponto os indivíduos pobres do ponto de vista do consumo e os indivíduos pobres do ponto de vista multidimensional coincidem; em segundo lugar, é possível calcular a intersecção dos dois indicadores de pobreza; ou seja, avaliar a percentagem de pessoas pobres tanto do ponto de vista do consumo como do multidimensional. Na Tabela 8 mostra-se o coeficiente de correlação entre a pobreza de consumo e a pobreza multidimensional. Como era de esperar, o coeficiente é positivo, mas a correlação não é muito forte, sobretudo em 2002/03 e em 2008/09. É evidente que a pobreza de consumo e a pobreza multidimensional estão relacionadas, mas estas medem tipos de privação bastante diferentes: a informação providenciada por uma é complementada pela informação fornecida pela outra. O consumo, por exemplo, é uma medida mais volátil, enquanto os indicadores de pobreza multidimensional são mais estáveis ao longo do tempo.

TABELA 8: CORRELAÇÃO ENTRE A POBREZA DE CONSUMO E A POBREZA MULTIDIMENSIONAL, 1996/97-2014/15

IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
0,21	0,17	0,17	0,26

Fonte: cálculos feitos pelos autores

Nota: coeficiente de correlação entre a incidência da pobreza de consumo e a incidência da pobreza multidimensional.

Na Tabela 9 é apresentada a intersecção da incidência da pobreza de consumo e da incidência da pobreza multidimensional. Os resultados da intersecção revelam que cerca de 31% da população moçambicana está privada, contemporaneamente, tanto do ponto de vista do consumo como do ponto de vista multidimensional em 2014/15. Olhando para a mesma estatística em 1996/97, podemos notar que a mesma diminuiu para metade. Esta percentagem é consistentemente mais alta para as zonas rurais e para as zonas centro e norte, e continua superior a 40% nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia.

TABELA 9: INTERSECÇÃO DA INCIDÊNCIA DA POBREZA DE CONSUMO E A INCIDÊNCIA DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL, 1996/97-2014/15 (%)

ÁREA	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	63,1	43,6	39,8	31,4
Urbana	39,6	26,6	21,7	14,9
Rural	69,4	51,6	47,7	39,0
Norte	65,3	48,7	40,1	41,1
Centro	70,0	44,2	49,0	33,8
Sul	49,7	36,1	23,0	12,3
Niassa	69,8	44,4	28,7	46,4
Cabo Delgado	58,1	56,6	36,1	28,9
Nampula	67,1	46,4	45,2	44,0
Zambézia	65,9	48,7	62,3	46,0
Tete	79,2	55,3	34,9	23,1
Manica	57,8	31,5	43,2	24,1
Sofala	78,5	33,7	38,2	27,3
Inhambane	73,2	66,8	38,7	28,6
Gaza	55,4	31,7	35,1	15,9
Maputo (província)	55,2	29,9	13,1	4,0
Maputo (cidade)	13,4	9,2	2,1	0,2

Fonte: cálculos feitos pelos autores
Nota: percentagem de pessoas pobres tanto do ponto de vista do consumo como do ponto de vista multidimensional.

DESIGUALDADE

Nas secções anteriores foram discutidas as grandes diferenças nos níveis de pobreza de consumo e de bem-estar multidimensional que ainda persistem no País, tanto nas áreas urbanas e rurais como nas províncias. A persistência ou o agravamento destas desigualdades reflecte-se também no aumento da desigualdade de consumo, a qual atingiu um novo máximo no período mais recente. Os resultados relativos ao coeficiente de Gini a nível nacional, urbano/rural e

regional são apresentados na Tabela 10, coluna Gini, para todos os inquéritos.⁶ É possível notar como a desigualdade subiu sensivelmente a nível nacional nos últimos anos (de 0,42 para 0,47) e que o aumento foi mais acentuado na zona urbana e na zona sul.

Nas outras quatro colunas da Tabela 10 são mostrados os rácios de percentis p95/p5, p90/p10, p90/p50 e p10/p50.⁷ O rácio p95/p5 para o IOF14 indica que os indivíduos no percentil 95 tiveram um consumo 12 vezes superior ao consumo dos indivíduos no percentil 5 (segunda coluna), enquanto o rácio p90/p10 aponta para um nível de consumo seis vezes superior dos indivíduos no percentil 90 comparado com os indivíduos no percentil 10 (terceira coluna). Consistentemente com o coeficiente de Gini, os rácios de percentis mostram que a desigualdade aumentou mais nas áreas urbanas e no Sul do País. Os restantes rácios comparam os indivíduos no percentil 90 e no percentil 10 com a mediana da distribuição. Ao longo do tempo, os rácios p95/p5 e p90/p10 aumentaram a nível nacional, enquanto o rácio p10/50 estagnou ou baixou ligeiramente, indicando que os percentis mais pobres têm tendência para se afastar da mediana da distribuição do consumo (última coluna).

TABELA 10: INDICADORES DE DESIGUALDADE, 1996/97-2014/15

	IAF96					IAF02				
	GINI	P95/P05	P90/P10	P90/P50	P10/P50	GINI	P95/P05	P90/P10	P90/P50	P10/P50
Nacional	0,40	9,29	5,23	2,37	0,45	0,42	9,53	5,44	2,42	0,45
Urbano	0,47	15,70	7,08	2,95	0,42	0,49	12,14	7,02	2,98	0,43
Rural	0,37	8,14	4,83	2,23	0,46	0,36	8,07	4,87	2,18	0,45
Norte	0,38	8,40	5,22	2,30	0,44	0,39	7,62	4,59	2,21	0,48
Centro	0,38	8,80	5,15	2,29	0,45	0,39	9,19	5,23	2,30	0,44
Sul	0,43	10,94	5,60	2,65	0,47	0,48	12,54	7,03	3,00	0,43
	IOF08					IOF14				
Nacional	0,42	9,93	5,55	2,37	0,43	0,47	12,15	6,24	2,60	0,42
Urbano	0,48	13,48	7,11	2,90	0,41	0,55	21,10	9,91	3,34	0,34
Rural	0,37	9,00	5,18	2,22	0,43	0,37	8,49	4,99	2,24	0,45
Norte	0,41	8,90	5,16	2,26	0,44	0,40	9,05	5,28	2,34	0,44
Centro	0,38	9,74	5,41	2,27	0,42	0,41	10,98	5,73	2,35	0,41
Sul	0,46	12,00	6,40	2,80	0,44	0,54	17,75	8,42	3,19	0,38

Fonte: DEEF (2016)

⁶ O coeficiente de Gini está limitado no intervalo (0,1), em que o zero representa a inexistência de desigualdade. À medida que a desigualdade cresce, o coeficiente aproxima-se de um (1).

⁷ Os rácios de percentis comparam o consumo dos indivíduos num determinado percentil da distribuição (do consumo) com o consumo dos indivíduos noutra percentil.

CONCLUSÕES

Este estudo apresentou as estatísticas e a evolução da pobreza e do bem-estar em Moçambique com base nos dados dos Inquéritos aos Agregados Familiares 1996/97, 2002/03, 2008/09 e 2014/15. Reconhecendo que a pobreza é um fenómeno multidimensional, para além da pobreza de consumo, avaliaram-se outras dimensões de bem-estar. Os resultados principais da análise podem ser assim resumidos: i) depois da estagnação observada entre 2002/03 e 2008/09, as taxas de pobreza de consumo voltaram a baixar entre 2008/09 e 2014/15; ii) outras dimensões de bem-estar, como educação, qualidade da habitação, posse de bens e acesso a serviços básicos, também melhoraram; iii) continuam a existir diferenças importantes entre áreas urbanas e rurais, e entre as províncias do Centro e Norte, e as províncias do Sul do País. O hiato ou *gap* entre zonas rurais e urbanas é grande e, na melhor das hipóteses, é persistente (senão tendente a piorar). Além disso, a desigualdade do consumo tem aumentado consistentemente desde 1996/97 em todas as medidas consideradas, e o incremento acelerou-se no período mais recente (DEEF, 2016).

É de salientar que, não obstante os avanços inegáveis, os níveis de pobreza são ainda bastante altos, e, portanto, a redução da pobreza ainda deve permanecer como um dos objectivos centrais das políticas públicas. Em 2014/15, aproximadamente 46% dos Moçambicanos, equivalente a quase 12 milhões de pessoas, eram pobres do ponto de vista do consumo, e cerca de 30% da população estava privada, contemporaneamente, tanto do ponto de vista do consumo como do multidimensional. Ao mesmo tempo, a redução de quase 40 pontos percentuais na proporção de pessoas pobres entre 1990 e 2015 é uma das maiores observadas no mundo, o que deixou Moçambique perto de atingir em 2015 o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) de “Erradicar a Pobreza e a Fome”.⁸

O estudo confirma que em Moçambique, ao longo das últimas duas décadas, foram realizados progressos notáveis na via do desenvolvimento, mas também que políticas equilibradas do ponto de vista espacial, económico, infra-estrutural e social se tornam cada vez mais imprescindíveis tanto na perspectiva do bem-estar como na da economia política. O mesmo é válido para o futuro fornecimento daqueles serviços sociais e públicos em geral, que são cada vez mais necessários, especialmente os ligados à saúde e à educação. Em conclusão, alcançar um crescimento inclusivo é o desafio central que Moçambique vai enfrentar no seu desenvolvimento económico e social nas próximas décadas.

⁸ A meta fundamental ligada a este objectivo era “Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza”.

REFERÊNCIAS

- DEEF (2016). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional*. Maputo: Ministério de Economia e Finanças.
- DNEAP (2010). *Poverty and Wellbeing in Mozambique: Third National Poverty Assessment*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- DNPO (1998). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment*. Maputo: Ministério de Plano e Finanças.
- DNPO (2004). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The Second National Assessment*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- INE (2004). *Relatório Final do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar, 2002/3*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2010). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2008/9*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2014/15*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.